

Pesquisas Interdisciplinares Estimuladas por Problemas Concretos das Ciências Sociais Aplicadas

**Elói Martins Senhoras
(Organizador)**



Pesquisas
Interdisciplinares
Estimuladas por
Problemas Concretos
das Ciências Sociais
Aplicadas

**Elói Martins Senhoras
(Organizador)**



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Pesquisas interdisciplinares estimuladas por problemas concretos das ciências sociais aplicadas

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P474 Pesquisas interdisciplinares estimuladas por problemas concretos das ciências sociais aplicadas / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-813-7

DOI 10.22533/at.ed.137210902

1. Ciências sociais. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

O desenvolvimento evolutivo do campo de Ciências Sociais Aplicadas tem sido caracterizado por uma pulsante força dinâmica engendrada por estrutural tendência de crescente emergência de novos cursos, debates e agendas de pesquisa que buscam responder aos dilemas de uma realidade cada vez mais fluida e complexa.

A abordagem interdisciplinar apresentada por este livro dentro do campo das Ciências Sociais Aplicadas tem como fundamento lógico uma análise teórico-conceitual que parte da própria apreensão dos problemas existentes na realidade empírica brasileira a fim de descrever explicações e propor prescrições de soluções para os dilemas humanos.

Partindo da ampla capacidade dialógica de um campo científico relativamente aberto à pluralidade dialógica, esta obra intitulada, “Pesquisas Interdisciplinares Estimuladas por Problemas Concretos das Ciências Sociais Aplicadas 1”, apresenta uma instigante agenda de diferenciados estudos sobre a realidade empírica urbana e rural brasileira.

O objetivo deste livro é demonstrar que existe uma riqueza teórico-metodológica existente na combinação de uma leitura interdisciplinar e em uma ciência aplicada à resolução dos problemas sociais do campo científico, propiciando assim uma abrangente agenda de estudos de ampla relevância fenomenológica.

Estruturado em 18 capítulos, este livro apresenta relevantes pesquisas em distintos cantos do país, as quais coadunam de um convergente recorte metodológico interdisciplinar que parte da análise das realidades empíricas para conformar os marcos teórico-conceituais mais adequados para explicar e responder aos dilemas empíricos.

Fruto de um trabalho coletivo, desenvolvido por um conjunto de pesquisadoras e pesquisadores brasileiros oriundos de distintos estados, este livro faz um imersivo estudo interdisciplinar sobre as distintas realidades empíricas que valoriza a busca para a resolução dos problemas com base nas experiências adquiridas *in loco*.

Alicerçado na pluralidade do pensamento, no estado da arte e na capacidade dialógica dos estudos com a fronteira do conhecimento no campo das Ciências Sociais Aplicadas, este livro traz significativos subsídios para um amplo público de leitores analisar e interpretar a realidade contemporânea no país com base em uma leitura interdisciplinar.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

(IN)VISIBILIDADE DO MUNDO RURAL: FRAGILIZAÇÃO DE DIREITOS À POPULAÇÃO CAMPESINA EM TEMPOS DE PANDEMIA VERSUS A REDE DE SOLIDARIEDADE DO MST CONTRA O CORONAVÍRUS – UM OLHAR SOBRE GÊNERO

Andreza Aparecida Franco Câmara

Larissa César Zavatário

Paulo Brasil Dill Soares

DOI 10.22533/at.ed.1372109021

CAPÍTULO 2..... 13

DOS MOVIMENTOS SOCIAIS À CONQUISTA DA TERRA: A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO DO SUL

Elaine Aparecida da Silva

Welton Rodrigues de Souza

Vivian Rosa Garcia de Almeida Souza

DOI 10.22533/at.ed.1372109022

CAPÍTULO 3..... 29

ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ EM RELAÇÃO ÀS APREENSÕES DE ANIMAIS SILVESTRES NA AMAZÔNIA

Fabício Lemos de Siqueira Mendes

Ygor de Siqueira Mendes Mendonça

DOI 10.22533/at.ed.1372109023

CAPÍTULO 4..... 42

A RELAÇÃO URBANO E RURAL EM PONTA GROSSA – APONTAMENTOS PARA UMA DISCUSSÃO DE TERRITÓRIO E A PERCEPÇÃO ENQUANTO ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS

Reidy Rolim de Moura

Tainara Tatiane de Paula

DOI 10.22533/at.ed.1372109024

CAPÍTULO 5..... 59

LUTAS SOCIAIS E A CIDADE: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA DE APOIO À REFORMA URBANA EM BELÉM/PA

Eliza Maria Almeida Vasconcelos

DOI 10.22533/at.ed.1372109025

CAPÍTULO 6..... 71

LAZER E TURISMO NOS JARDINS BOTÂNICOS DE BELÉM (PA)

Janise Maria Monteiro Rodrigues Viana

Helena Dóris de Almeida Barbosa

Ligia Terezinha Lopes Simonian

DOI 10.22533/at.ed.1372109026

CAPÍTULO 7	86
O DISCURSO DO “MARNOMUSEU” NO TURISMO EDUCATIVO E DE ENTRETENIMENTO: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O AQUÁRIO DO RIO DE JANEIRO E DO OCEANÁRIO DE LISBOA	
Marta Cardoso de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.1372109027	
CAPÍTULO 8	99
ANÁLISE SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DOS EVENTOS DE CICLISMO PARA O CICLOTURISMO	
Josiane Kossar	
Rubia Gisele Tramontin Mascarenhas	
DOI 10.22533/at.ed.1372109028	
CAPÍTULO 9	108
MOBILIDADE COMO SERVIÇO UMA ANÁLISE NA CIDADE DE SÃO PAULO	
Emerson Aparecido Mouco Junior	
Laiane Maiara Guerreiro Pardini	
DOI 10.22533/at.ed.1372109029	
CAPÍTULO 10	121
MUDANÇAS DEMOGRÁFICAS E INTERNAÇÕES HOSPITALARES NO SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE: PROJEÇÕES PARA O CEARÁ	
Mariana Daniele Bezerra do Nascimento Tavares	
Alane Siqueira Rocha	
Breno Aloísio Torres Duarte de Pinho	
DOI 10.22533/at.ed.13721090210	
CAPÍTULO 11	130
O MODELO PROBABILÍSTICO DE TÓPICOS APLICADO À SEGURANÇA PÚBLICA: UM ESTUDO DAS ÁREAS INTEGRADAS DE SEGURANÇA PÚBLICA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	
Marcio Pereira Basilio	
DOI 10.22533/at.ed.13721090211	
CAPÍTULO 12	146
REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO NA ÁREA DE PLANEJAMENTO 5 DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	
Paulo Luiz da Fonseca	
Tatiana Pinho Mattos	
Fernanda da Silva Oliveira	
Alan Lopes Nóbrega	
DOI 10.22533/at.ed.13721090212	
CAPÍTULO 13	161
MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS COM EFLUENTES DE ESGOTOS NO ÂMBITO DE CONTRATO DE CONCESSÃO	
Tatiana Pinho Mattos	

Paulo Luiz da Fonseca
Fernanda da Silva Oliveira
Alan Lopes Nóbrega

DOI 10.22533/at.ed.13721090213

CAPÍTULO 14..... 175

CULTURA POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: UMA QUESTÃO DE MÉTODO, PESQUISA E CIDADANIA

Antônio Marques do Vale
Ignês Amorim Figueiredo

DOI 10.22533/at.ed.13721090214

CAPÍTULO 15..... 183

GALACTOGENIA: DIREITO DOS ANIMAIS X SAÚDE DOS HOMENS

Maíra dos Santos Vieira

DOI 10.22533/at.ed.13721090215

CAPÍTULO 16..... 196

PROBLEMATIZAÇÃO DA EXPRESSÃO “VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA” À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS DOS PACIENTES

Aline Albuquerque
Raylla Albuquerque
Laura Boeira
Isis Machado
Luana Lima
Meiriany Lima

DOI 10.22533/at.ed.13721090216

CAPÍTULO 17..... 212

PESQUISA PARTICIPANTE UMA COMUNIDADE DE VOLUNTÁRIOS: UM ESTUDO DE CASO NA ANAPCI-IRATI

Marcela de Moraes
Jorge William Pedroso Silveira
Erivelton Fontana de Laat

DOI 10.22533/at.ed.13721090217

CAPÍTULO 18..... 220

OS IMPACTOS CAUSADOS PELA MIGRAÇÃO DOS VENEZUELANOS PARA O BRASIL

Erivalton Santos Silva

DOI 10.22533/at.ed.13721090218

SOBRE O ORGANIZADOR..... 233

ÍNDICE REMISSIVO..... 234

CAPÍTULO 4

A RELAÇÃO URBANO E RURAL EM PONTA GROSSA – APONTAMENTOS PARA UMA DISCUSSÃO DE TERRITÓRIO E A PERCEPÇÃO ENQUANTO ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS

Data de aceite: 04/02/2021

Reidy Rolim de Moura

Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Doutora em Sociologia Política (UFSC).
<http://lattes.cnpq.br/5449233930427672>

Tainara Tatiane de Paula

Departamento Penitenciário- DEPEN de
Guarapuava. Pós-Graduanda em Gestão
Pública.
<http://lattes.cnpq.br/1647166798882128>

RESUMO: Este estudo tem a finalidade de demonstrar de que forma se constrói a relação entre o planejamento urbano e a proximidade com o rural no município de Ponta Grossa- PR. Uma breve análise da percepção que líderes comunitário tem dessa relação. O estudo emprega a pesquisa de caráter qualitativo e exploratório, utilizando-se de pesquisa bibliográfica.

PALAVRAS - CHAVE: Relação urbano/rural; Planejamento urbano; Comunidade.

URBAN AND RURAL RELATIONSHIP IN PONTA GROSSA - NOTES FOR A DISCUSSION OF TERRITORY AND PERCEPTION AS COMMUNITY ORGANIZATIONS

ABSTRACT: This study aims to demonstrate how the relationship between urban planning and proximity to the rural is built in the municipality of Ponta Grossa- PR. A brief analysis of the

perception that community leaders have of this relationship. The study uses qualitative and exploratory research, using bibliographic research.

KEYWORDS: Urban / rural relationship; Urban planning; Community

INTRODUÇÃO

O planejamento urbano articulado à lógica capitalista está predestinado a passar por inúmeros problemas, tais como a desigualdade social, saneamento, saúde, infraestrutura, dentre outros. Com isso, discussões e estudos sobre o planejar as cidades é fundamental na medida em que articulados a isso existem diversos outros problemas sociais.

A insustentabilidade que marca a maior parte das cidades brasileiras é resultado de um desenvolvimento urbano rápido, despreparado e excludente, desde as suas raízes. O capital define como será distribuída a política urbana, e têm o Estado como aliado através da valorização das propriedades que tem uma localização privilegiada. Nessa notória disputa entre melhores localizações nas cidades, aos segmentos de habitações sociais de baixa renda restam localidades às regiões periféricas, onde predominantemente, os serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas são limitados ou inexistentes. (PEREIRA, 2012).

Delimita-se como ponto de discussão aqui as características comunitárias e a

percepção que os/as líderes comunitários/as têm frente à problemática de confrontação urbano rural nos bairros da cidade de Ponta Grossa- PR, trabalhando esses bairros como componentes de um território. Busca compreender de que forma se constrói a relação entre o planejamento urbano e a proximidade com o rural nesta região, assim como a percepção dos líderes comunitários da região com relação à questão do agrotóxico e a proximidade com a comunidade que é uma problemática visível na configuração da região.

O território é um termo que é discutido e que tem na parte empírica que se apresenta aqui aquele que se tem em várias frentes de atuação acadêmica, tanto pesquisa quanto extensão, em Ponta Grossa e pela característica geográfica da comunidade estar cercada por lavouras agroindustriais, sendo correspondente com o problema aqui abordado. Optou-se aqui em não identificar o nome do território estudado, assim como, dos líderes comunitários que se citará alguns depoimentos mais à frente. Assim como, maiores informações quanto aos procedimentos metodológicos adotados para colher os depoimentos estão esclarecidos e registrados no trabalho originário que está sendo base para construção desse e que está devidamente protocolado nas instâncias competentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Sabe-se que as transformações do mundo urbano na perspectiva de um desenvolvimento agroindustrial, descontrolado que não está preocupado com as consequências e impactos na vida das populações, em especial as mais pobres que ao buscar moradias com preços acessíveis, encontram-nas em localidades distantes dos centros urbanos, que realizam a confrontação com lavouras e agrotóxicos.

Discutir e refletir sobre essa problemática que é a utilização de agrotóxico em locais que possuem moradias tem sido recorrente especialmente pela falta de planejamento urbano, que acaba desconsiderando o bem estar e a dignidade humana das pessoas próximas colocando-as em situação de risco.

DIREITO À CIDADE NOS TEMPOS ATUAIS: CONCEITO E CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O termo “direito a cidade” foi desenvolvido pelo sociólogo francês Henri Lefebvre no livro “O Direito à Cidade” no ano de 1968. Esse direito é definido como a não exclusão da sociedade urbana das qualidades e benefícios da vida urbana. O autor escreveu a obra no momento em que o processo de industrialização estava causando mudanças no espaço urbano e como consequência interferindo nas relações sociais causadas pelo capital. Segundo Lefebvre (2001 APUD Tosta, 2016), o direito à cidade se define como forma superior dos direitos, sendo que abrange o direito à liberdade, à individualização e ao habitar. Assim o direito a cidade é uma estrutura política que teve a necessidade de ser construída para enfrentar as ações capitalistas e amenizar suas expressões.

O direito à cidade segundo Harvey (2012), “é o direito de mudar a nós mesmos

pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização.” (HARVEY, 2012, P.74). As cidades se constituíram com característica de aglomerações perto dos locais de trabalho, ou de comércios, desse modo à urbanização ligada ao fenômeno de classes sob influência do controle da superprodução. Essa liberdade de construir e reconstruir a cidade e consequentemente o indivíduo e suas relações sociais são um dos mais preciosos direitos humanos e em contrapartida o que sofre maior negligência pelo sistema econômico capitalista.

A urbanização sempre foi um fenômeno de classe, tendo em vista que tudo que excede, aquilo que sobra, é extraído de algum lugar ou de alguém, esse é um claro exemplo da sociedade capitalista, e como a urbanização depende da mobilização de excedente, a conexão do desenvolvimento entre capitalismo e urbanização é próxima. (HARVEY, 2012).

No Brasil pode-se destacar que a insustentabilidade que marca a maior parte das cidades brasileiras é resultado de um desenvolvimento urbano rápido, despreparado e excludente, desde as suas raízes, o capital define como será distribuída a política urbana, e possui o Estado como aliado tendo em vista as benfeitorias onde contribui com a valorização das propriedades que tem uma localização privilegiada. Nessa notória disputa entre melhores localizações na cidade aos segmentos de habitações sociais de baixa renda restam à ocupação de periferias urbanas, regiões onde predominantemente, os serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas são limitados ou inexistentes. (PEREIRA, 2012).

O direito à cidade foi assegurado no Brasil pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1998) pelos artigos 182 e 183 definem a política de desenvolvimento urbano e da função social da propriedade. E regulamentado posteriormente pela lei nº10. 257 de 2001, chamada de Estatuto da Cidade, que garante o direito de usufruir da estrutura e espaços públicos da cidade com igualdade na utilização. O Estatuto da Cidade tem a perspectiva de democratização da gestão das cidades através de instrumentos. Um dos instrumentos de gestão utilizado na intenção de validar essa democratização é o Plano Diretor, que se faz obrigatório a municípios que tenham mais de 20 mil habitantes, integrantes de regiões metropolitanas, onde haja interesse do Poder Público Municipal, áreas de interesse turístico, e inseridas em áreas de influência de empreendimentos ou atividades com impactos ambientais. (BRASIL, 2001)

O processo de elaboração do Plano Diretor parte da Prefeitura com articulação da Câmara e com a sociedade civil. Sendo fundamental importância a participação da população ou de seus representantes, pois são nesses momentos de discussão em oficinas comunitárias que podem sugerir propostas de melhorias, pois o Plano Diretor somente corresponde a realidade e a expectativa da população quando essa apresenta as demandas. É um importante instrumento à medida em que se pensa numa sociedade ordenada na intenção de um direito a cidade mais inclusa de acordo com demandas da

população.

O direito à cidade não garante apenas acesso, mas deve corresponder à realidade dos sujeitos, faz-se necessário refletir e definir direitos fundamentais. O direito à cidade não se resume apenas ao direito de acesso aos recursos, mas tem a finalidade de tornar a sociedade mais acessível e inclusiva, um direito que vai além de interesses imobiliários e formas excludentes de determinar uma cidade, mas que seja voltado às pessoas e suas especificidades. (HARVEY, 1980)

Dessa maneira, entende-se que a precarização do planejamento urbano decorre de um Direito à Cidade que também está fragilizado e pouco levado em consideração no momento de planejar uma cidade, seja inicialmente ou alterações necessárias para melhor atender a população.

Planejamento Urbano e Direito à Cidade é indissociável tendo em vista que ao serem colocados em prática na realidade social urbana conseguem atender as demandas de forma mais precisa frente às necessidades reais. Destaca-se que em inúmeros casos o que foi estipulado na teoria, ou seja, aquilo que é determinado como prioritário e importante em discussões de planejamento, não é estabelecido na realidade prática, ocasionando a fragilidade do direito, em especial a população mais empobrecida, que ao planejar a cidade, são excluídos socialmente de mínimo de infraestrutura.

Ermínia Maricato (1982) apresenta discussões importantes na área de habitação e cidades, onde realiza uma discussão acerca do capitalismo e como interfere na segregação do espaço urbano. Tendo como referência sua obra “A produção capitalista da casa (e da cidade)” podem-se levantar algumas discussões frente aos temas as quais ela apresenta e que se fazem relevantes.

As cidades brasileiras são desenvolvidas de acordo aos interesses privados, o que leva a um processo de urbanização mais desigual, pois para ter acesso à terra urbana é necessário comprar, e quando isso não é possível devido ao fato das pessoas que não possuem poder financeiro, o estado precisa dar subsídios para a moradia da população. (MARICATO, 1982)

Os imóveis com características similares podem ter preços diferentes, sendo o fator que altera é a localidade, é muito comum que os preços sejam orientados pelo valor de um terreno, determinado a possibilidade de quem pode pagar uma melhor localização, com acesso a infraestrutura perto de suas residências, equipamentos públicos e privados. Terrenos com essas características são supervalorizados e com preços altos, sendo inacessível a uma parcela grande da população. Desse modo, são feitas alternativas de moradias, geralmente em locais muito afastados que possuem mínimas infraestruturas para a população. (MARICATO, 1982).

Todo o processo histórico de habitação auxilia para que a população de menor renda acesse a habitação em terra urbanizada. Historicamente a população mais empobrecida ocupa as periferias da cidade, onde o direito à cidade é negligenciado, em grande parte das

vezes não há infraestrutura adequada (MARICATO, 1982).

A conceituação de Planejamento Urbano que Maricato (1982) apresenta também é em relação às desigualdades sociais que são estipuladas pela sociedade dominante os quais associados às imobiliárias definem a maneira que partirá o planejamento de uma cidade, sendo propensa aos ricos e excludentes aos pobres.

Dessa maneira, tem-se a segregação espacial, importante fator ao se discutir urbanização, pois retrata as maneiras que a sociedade se organiza de acordo com a sua classe social, etnias ou nacionalidades. Esse fenômeno pode ser explicado pelo conceito de segregação socioespacial, definida por um processo onde diferentes classes tendem a se concentrar em regiões ou bairros, dessa maneira estipulando seu território e como consequência a dominação e superioridade entre classes.

A segregação também pode ser caracterizada pelos grandes condomínios de luxo que são fechados por muros e ainda possuem sistema de segurança dos moradores que podem pagar por isso, possibilitando o isolamento ao mundo externo. Tudo aquilo que vai realizar uma diferenciação, principalmente relacionado à classe social, sendo possível distinguir diferentes grupos.

Dessa maneira, pode-se concluir que o direito à cidade, definido como direito superior, pois esse em sua teoria tem a finalidade de garantir direitos que vão além da habitação, como também de infraestrutura e acesso a outros equipamentos que garantam outros direitos, tais como educação, saúde, lazer, dentre outros. Ao abordar autores que discutem a urbanização e o Direito à Cidade na lógica capitalista orientada por interesses privados e de imobiliárias gera a segregação do espaço que leva grande parte da população habitar em localidades definidas, destinadas nas periferias, ficando à margem das cidades.

Nos moldes capitalistas o processo de urbanização tende a ser desigual ocasionando a população que já sofre a exclusão social a ficar expostas a novos ricos, desconsiderando a dignidade humana que deveria ser garantida pelo Direito à Cidade. Ou seja, as cidades não são planejadas pensando em inclusão de todos da melhor forma possível, mas sim na intenção de garantir as melhores localizações aos que podem pagar preços mais altos e buscando locais mais distantes para que as periferias sejam afastadas, garantindo assim a dominação dos mais ricos sob os mais pobres.

Sabe-se que o século XX foi marcado por inúmeras demandas que impulsionaram a mudanças tanto nas tecnologias como em organizações, que atingiram de forma direta as formas de produção. O capitalismo é uma das formas de organização que atingiu todo o mundo causando as diversas mudanças que foram impulsionadas. Como por exemplo, estimulou o desenvolvimento industrial, tecnológico e de meios de comunicação. A agricultura que anterior a esse processo era a familiar, a produção era voltada a garantir os meios de subsistência nesse núcleo, passa a uma atividade orientada para a produção comercial. Onde precisa alimentar uma população. (SILVA, et al, 2005)

O processo de produção agrícola passa por muitas mudanças que orientam suas

formas de produção em massa, acelerada e acima de tudo que gere lucros. Uma das inovações nessa indústria foi à tecnologia que possibilitou a mecanização de diversas atividades agrícolas e como consequência a substituição da mão de obra por máquinas, onde foi um dos principais motivos que impulsionou o êxodo rural. Outra grande mudança foi a que a utilização de agroquímicos nas plantações em especial o agrotóxico a partir de 1930, intensificando a partir da segunda guerra mundial (1939 - 1945). (SILVA, et al, 2005)

O Sistema de agricultura a base de agrotóxicos, conhecida como convencional foi estimulada no Brasil de forma geral no governo ditatorial (1964 -1985) tendo em vista o desenvolvimento no sentido de crescimento econômico, o país passa a ser um dos maiores exportadores de soja do mundo em poucos anos. Os planos e políticas direcionados a derrubar as árvores e matas e fazer lavouras sob o slogan “plante que o governo garante” lançado pelo então presidente João Batista Figueiredo, de maneira a incentivar os produtores rurais a plantar uma grande safra de trigo garantindo um preço mínimo com alto valor para as produções.

A confrontação urbano/rural é colocada aqui como resultado de um planejamento urbano com uma política habitacional que ao tentar prover habitação a toda uma população, exclui os indivíduos da vida urbana, em especial os menos favorecidos que não possuem condições financeiras para garantir moradias nos centros municipais. E dessa maneira são alocadas em regiões distantes, que antes eram fazendas, e que se tornam lotes habitacionais disponíveis em preços e financiamentos mais acessíveis, possibilitando que essa parcela da população possa residir.

Portanto, o problema que se aborda é além de distâncias longas a serem percorridas. Estão elencadas as consequências dos loteamentos distantes do meio urbano são localizados a margem de fazendas agroindustriais que realizam a utilização de produtos fitossanitários causam a população qual está residindo ao lado, e conseqüentemente tendo contato direto pelo ar a essas substâncias.

Nessa perspectiva, o Dossiê Abrasco (2015) apresenta a problemática do agrotóxico em relação à saúde dos trabalhadores rurais, realiza-se a associação da utilização desses produtos também a população que reside ao lado dessas plantações que estão expostas a essa vulnerabilidade das toxicidades do agrotóxico.

Segundo a Abrasco, cerca de 1/3 dos alimentos que os brasileiros consomem está contaminado com algum tipo de agrotóxico. Essas contaminações em muitas situações são por meio de agrotóxicos não autorizados para aquele cultivo específico ou que estejam em concentrações que ultrapassem os limites máximos de resíduos considerados aceitáveis. (CARNEIRO, 2015)

Após o ano de 2015 (também marcado pelo Impeachment da presidente Dilma Rousseff, como forma de relacionar ao fato) o consumo total de agrotóxico no Brasil saltou de cerca de 170.000 toneladas para 500.000, tendo um aumento de 135%. Dessa maneira “O Brasil, como é sabido, alcançou em 2009 o primeiro lugar no ranking mundial

de consumo de agrotóxicos [...]” (BOMBARDI, 2011, p.01) Esse fato leva a diversas outras características encontradas na utilização do agrotóxico, como por exemplo a renda da terra. Mais de 90% das produções agrícolas produzidas no Brasil são exportadas a outros países, sendo assim ocorre a internacionalização da agricultura brasileira e de monopolização do capital internacional. (BOMBARDI, 2017)

O planejamento urbano desigual e pensado numa lógica de mercado imobiliário leva a população menos favorecida de recursos financeiros a adquirir moradias em loteamentos geralmente com convênios a financiamentos acessíveis a residir à margem de grandes fazendas agroindustriais que em suas produções realizam a utilização de agrotóxico, de diversas maneiras que acaba por intoxicar as pessoas que estão residindo ao lado. Essa conjuntura ainda não é uma preocupação do Estado e nem mesmo dos produtores que ao não respeitar as regulamentações entende-se que não há a preocupação com a população que se encontra ao redor.

ABORDAGENS TEÓRICAS NACIONAIS SOBRE TERRITÓRIO

Nos anos de 1970 o conceito de território retorna aos debates da geografia, suprimindo o conceito que antes era definido a limitação ao espaço nacional que dividia as fronteiras, onde o Estado era o único poder de controle espacial. O conceito de território passa a ser estudado novamente decorrente do fim da guerra fria e a passagem do fordismo para o regime de acumulação flexível, com a perspectiva de descentralização do Estado devido aos avanços econômicos e o liberalismo. O conceito de território passa por transformações no contexto histórico de ordens ideológicas, passa a ter análises mais profundas que apenas delimitar fronteiras. (MENEZES E CARDOSO, 2005).

Assim, o antigo conceito não supria mais a ideia do que seria território, ganhando espaço o atual com novas concepções. O conceito que era majoritariamente estudado pela geografia ganha espaços em estudos de outras áreas das ciências humanas e sociais.

Desse modo, com os diversos conceitos de território que são utilizados em diferentes áreas adentra-se ao território na perspectiva integradora, tendo em vista que esse pensa no território abrangente, que somente pode ser concebido através da perspectiva de integração considerando as diferentes dimensões sociais. (HAESBAERT, 2006).

Dessa maneira, abrem-se novas perspectivas, sendo uma delas mais tradicional, que determina o território como uma área de poder, colocando-a como homogêneas, as formas de territorialização caracterizam-se como controle de acesso, podendo verificar fluxos de pessoas e de bens. Outra perspectiva seria de território enquanto rede, relacionados ao movimento e na conexão. E a terceira é a concepção multiescalar e não exclusivista de território, esse como híbrido, entre o mundo material e ideal, natureza e sociedade em suas múltiplas e diversas esferas, econômicas, políticas, culturais, etc. (HAESBAERT, 2006).

O território define-se como referência as relações sociais e ao contexto histórico

de que está inserido. As formas de propriedade de um território ao mesmo tempo que tem relação a natureza são relacionadas entre os homens, um a relação entre a sociedade e indivíduos e grupos que a compõe.

Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009), que também delimita ao território os serviços ofertados, onde cada equipamento da assistência possui uma área de abrangência que possui articulação com a comunidade, referenciando os indivíduos de maneira a incluí-los na proteção que ele necessita possibilitando, dessa maneira, melhor organizar o trabalho em rede.

Os documentos que orientam o trabalho do Assistente Social no país (BRASIL, 2004 e BRASIL, 2009) tendem a priorizar o território enquanto um dos pilares norteadores, tendo em vista que o trabalho desenvolvido deve ser adaptado à região de atuação, considerando toda a diversidade regional e territorial presentes no país.

A Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004) e a Tipificação Nacional de Serviços socioassistenciais (BRASIL, 2009) apresentam um breve conceito do que é o território conforme descritos. Entretanto, para as discussões desse trabalho é necessário aprofundar o conceito de território, utilizando autores de referência que discutem essa temática, na intenção de conseguir uma aproximação a esse conceito.

Ao adentrar as discussões de espaço geográfico, Santos (1978) elege em categorias: forma, função, estrutura, processo e totalidade, essas categorias influenciam na maneira de pensar território e sofrem mudanças no decorrer histórico de cada sociedade.

Assim, a forma, aquilo que é visível, as formas do espaço; a Função está relacionada à atividade desempenhada pelo objeto criado; Forma e Função são determinadas decorrente do tempo e características do grupo social. A estrutura é relacionada à historicidade, nesse processo histórico que a forma e a função são designadas. O processo são as ações humanas realizadas de maneira contínuas, busca um resultado que implica em tempo e mudança, os processos ocorrem na estrutura social e na economia. Ao considerar esse processo os fenômenos são analisados em sua totalidade. A totalidade e o tempo são características indispensáveis ao estudar o espaço. (SANTOS, 1978).

Santos (1999) fala a respeito do território enquanto espaço usado e somando a isso a identidade que está relacionada a “sentimento de pertencer àquilo que nos pertence” (SANTOS, 1999, p. 8). O território é o local da residência, de trocas materiais e pessoais, é o momento que a vida se desenvolve. O território sem uso não se faz uma categoria de análise, em especial quando relacionado a ciências humanas e sociais, só ganha validade quando tem pessoas que o usam.

Ao relacionar o território com o dinheiro, há de se considerar o comércio interno desses territórios que começa a se expandir, tornando tudo objeto de troca, sendo mais valorizado pelo objeto de troca do que pelo uso. O uso do território mudou devido a globalização, seja demográfico, questões econômicas, financeiras, políticas, dentre outras, essas características mudam rapidamente devido a novas configurações que o mundo

toma, ocasionando impactos no território e no modo de vida das pessoas. (SANTOS, 1999)

Koga (2011) apresenta que a noção de território se constrói a partir da relação entre o território e a população que habita, ou seja, o território é indissociável de sujeitos, não se pode estudar um e desconsiderar outro. O território não seria apenas espaço de realidade vivida, mas, além disso, envolvendo igualmente sua dimensão subjetiva que se apresenta de forma concreta por meio de manifestações.

Para Koga (2011) o conceito de território permeia o que Santos defende voltado ao espaço usado, onde se dão as relações sociais entre os sujeitos, na relação de exclusão e inclusão social. Koga (2011) traz elementos frente à escala próxima ao território, que está relacionada ao cotidiano dos atores sociais que residem e se relacionam, o território reproduz as diversas relações que o sujeito é exposto, como reprodução das relações socioeconômicas, políticas e culturais, que são inerentes ao território.

Apresentando a ideia Marcelo Lopes de Souza (2011), que em sua trajetória realizou diversos estudos sobre o tema, destacando que para ele o conceito de território é ligado a fatores políticos e culturais, no interior de cada área singularmente existe a relação de poder entre os grupos sociais que constituem o território no conflito pelas diferenças culturais. O conceito de território permeia, segundo o autor, a todo espaço definido e delimitado por relações de poder.

O território é um campo de forças uma rede de relações sociais que define a diferença entre os grupos e os membros da coletividade. Caracterizando a territorialidade como flexível, através da compreensão do território nas suas diversas formas, e na perspectiva de redes. (SOUZA, 2011)

De acordo com os conceitos dos diferentes autores apresentados nesse eixo, percebe-se que em comum a explicação do conceito de território é a pluralidade atrelada aos indivíduos que estão usando o espaço, e assim, é impossível considerar o território apenas das delimitações geográficas. É preciso pensar na totalidade que o compõe, atores sociais e suas distintas características culturais, econômicas e particulares de cada área. Dessa forma justifica porque não existe um conceito fechado e imutável dessa categoria, pois para que exista território precisam existir pessoas e suas incalculáveis diversidades.

IMPLICAÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO TERRITÓRIO

Os movimentos sociais estão relacionados às ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que de maneira distinta a população se organiza e reivindica suas demandas. Os movimentos são de fundamental importância, pois, realizam diagnóstico sobre a realidade social, constroem resistência à exclusão e lutam por objetivos em comum. A partir de 1980, os movimentos sociais ganham maior intensidade, constroem representações simbólicas afirmativas através de discursos e práticas, criam identidades para os grupos e os organizam. As ações que são realizadas pelos movimentos sociais

geram um sentimento de pertencimento social, incluindo os que eram tidos como excluídos. (GOHN, 2011).

As associações e as organizações comunitárias visam ampliar a democracia para a vida social e comunitária, constitui-se formas de que as pessoas tenham voz e possam ser ouvidas, e reivindicar melhorias da situação de desigualdade que estão expostos. O associativismo, ganha cada vez mais interesse das pessoas que vivem em uma comunidade por decorrência dos impactos globais e a pluralização na intenção de reconstruir identidades coletivas. As associações têm um papel fundamental, tendo em vista que possibilita a participação e parte nas decisões políticas.

A finalidade das associações para o desenvolvimento da cooperação, comunicação, confiança e pluralismo tem fundamental importância para desenvolver o pertencimento coletivo, oportunizando práticas colaborativas. O associativismo precisa ter uma ideia de horizontalidade e de relações pessoais, para que possa possibilitar formas maiores de cooperação. O associativismo vertical, hierarquizado ocasiona o oportunismo e permanecer as relações de poder que não devem existir em uma associação de cidadãos. (Lüchmann, 2005).

Quanto maiores forem às conexões estabelecidas nas organizações sociais, maiores serão as chances de impactos positivos na democracia na perspectiva de tornar as instituições políticas mais efetivas. A intenção da rede é estabelecer relações que beneficiam outros indivíduos, ou seja, a sociedade que faz parte desse conjunto. Essa concepção possibilita reciprocidade e confiança, fortalecendo a coletividade e as possibilidades de melhorias que as ações conjuntas podem proporcionar ao coletivo de indivíduos. (Lüchmann, 2005).

Nas associações ou organizações sociais as pessoas manifestam sentido e percepção da vida social que vai além de concepções individuais e pessoais, buscam diferentes dimensões da vida social, na perspectiva do coletivismo. Os movimentos sociais por sua vez estão na capacidade de alterar a realidade social, no sentido de lutar contra as relações de poder e de dominação que estão inerentes nos espaços de vida social.

Nesse sentido, relacionando a perspectiva de território dos autores apresentados, em que há campos de lutas e disputas (Souza, 2011) e que o território é o lugar de transformação, onde a população pode se organizar para reivindicar e conseguir melhores condições de vida é fundamental pensar no quanto são importantes às organizações sociais e os movimentos sociais para um território.

Assim, há que se destacar que pensar em território, é preciso pensar, averiguar, compreender as entranhas do associativismo dele, dos movimentos sociais e organizações sociais de base, como as associações de moradores, associações de pais e professores, clube de mães, clube de idosos, grupos de jovens, dentre outros tantos que podem existir. E como estes percebem, vivenciam e encaminham no seu território as suas problemáticas e o que fazem para ajudar no processo da realidade vivenciada.

O TERRITÓRIO NA PERSPECTIVA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE LÍDERES COMUNITÁRIOS

Os fatores motivadores desta pesquisa partem de indagamentos sobre a proximidade que loteamentos urbanos possuem de fazendas agroindustriais e desde então na intenção de entender qual a percepção dos moradores próximos. Traz-se aqui a reflexão de líderes comunitários tendo em vista que são representantes da população local.

Os/as líderes comunitários/as possuem um perfil em comuns em que todos são moradores do bairro há mais de 10 anos, sendo que quatro foram os primeiros moradores que tiveram a iniciativa de se organizar para que fosse construída e desenvolvida a comunidade. Grande parte deles ainda participa da comunidade, porém não de forma mais tão assídua, tendo em vista que são considerados líderes justamente pela importância que dispuseram em vários momentos organizacionais do território levando ao desenvolvimento e a inspiração aos sucessores para buscar novas conquistas.

Um ponto a se destacar é a **participação social** dos/das líderes, de quais grupos sociais participam ou já fizeram parte, todos são figuras importantes e de referência ao território e influenciam diversas outras pessoas. A maior parte dos líderes comunitários ainda é ativamente participante em organizações da comunidade, pelo entendimento da importância que significa para os mesmos.

Dentre os grupos que apareceram que os líderes participam ou conhecem, quatro destes não são de organizações religiosas e os outros quatro são de articulações com a igreja que promove ações com cunhos filantrópicos.

Pode-se realizar uma breve reflexão acerca de que as ações desenvolvidas pelas organizações religiosas possuem perspectiva caritativa nas ações, ou seja, visam melhorias pontuais de situações do bairro, tal qual auxílio com alimentação da população do bairro. Em parte das organizações comunitárias já possui um viés na perspectiva de melhorias para o bairro, de articulação aos órgãos governamentais para que possibilite novas conquistas, desde linha de ônibus até reforma e construção de escolas, quadra esportiva, Praça, dentre outras, nessa perspectiva de alcançar objetivos sociais e não apenas pontuais.

Características apontadas por Avritzer em 1997 ainda podem ser identificadas atualmente em organizações sociais, o que levanta questionamento tais quais até que ponto a articulação com a igreja permite a autonomia das pessoas. Um dos líderes comunitários apresentou essa perspectiva, pontuando que muitas vezes quando há um problema no território as pessoas buscam a igreja como forma de superar a dificuldade momentânea, tal como a fome, as igrejas realizam esse trabalho de arrecadar alimentos e fazer a doação aos mais necessitados, demonstrando, assim, que dentro do território as pessoas conseguem se organizar tal qual permitir o bem estar de outros moradores.

Os/as líderes comunitários geralmente não costumam utilizar a referência “território”, mas sim “bairro”, sendo que já se manifestou as fontes que iluminam nosso

olhar sobre o conceito de território no capítulo I. O que se pode identificar nos depoimentos é que todos integralmente percebem que há diferença em relação ao território deles em comparação a outros que compõem o município de Ponta Grossa- PR, a medida que comparam com territórios próximos e também com bairros distantes entretanto bem mais velhos, maior territorialmente e bem desenvolvido, por ser um dos primeiros bairros do município e possuir interesses políticos na região.

Os/as líderes comunitários/as percebem que há diferença entre os territórios, e em especial que o deles em comparação a outros que são até mesmo mais velhos possui diversas conquistas e há o entendimento de que muitas dessas (senão todas) foram impulsionadas através de mobilizações sociais da comunidade que buscava melhorias para todos. Como o caso dos equipamentos públicos, como linha de ônibus, escolas estaduais e municipais, equipamentos de saúde básica, dentre outros, quais foram conseguidos através de lutas dos movimentos organizados do território. Vale destacar que além das conquistas de direitos fundamentais os líderes destacam os desenvolvimentos econômicos que foi se estabelecendo na comunidade, tal como os comércios locais que existem.

Ods/as líderes comunitários/as percebem que o território deles é um local muito bom de morar, e que, além disso, há o significado das lutas sociais que fizeram parte, tendo em vista, melhorias para o conjunto comunitário, dessa maneira a importância das mobilizações que revelam em significativas melhorias para o desenvolvimento social do território.

Pontua-se que essas especificidades do território acontecem através da característica forte do associativismo e de organizações sociais. Os/as líderes compreendem que sem organizações comunitárias não há melhorias para o território, que depender exclusivamente que o Poder Público note quais as demandas de uma determinada região é basicamente impossível. Sendo assim os líderes comunitários têm papel fundamental à medida que se organizam para buscar bens comuns para a comunidade em um todo. Percebe-se que eles notam os avanços que as organizações comunitárias conseguem que sem isso o território seria ainda muito frágil em fazer valer a política pública, o direito e os mínimos sociais.

Destaca-se assim que para os/as líderes comunitários/as do território estudado é de fundamental importância as mobilizações sociais tendo em vista as melhorias que conseguiram através destas. Assim, tem-se que a característica de fortes organizações comunitárias como um dos critérios para escolha do território para desenvolver a pesquisa é real e importante.

A RELAÇÃO DOS MORADORES (EXPRESSOS PELAS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS) COM A PRESENÇA DO AGROTÓXICO NO TERRITÓRIO

Com relação a percepção dos/das líderes comunitários/as em relação ao problema da confrontação urbano rural e qual é o entendimento destes frente às sérias consequências

da utilização de agrotóxicos para a vida humana.

A maioria dos/das líderes comunitários/as percebe que há a utilização de agrotóxicos, entretanto dois deles demonstram em suas respostas a falta de informação ou até mesmo o desentendimento frente à utilização de agrotóxicos. Pontua-se que pode haver um receio de falar sobre o assunto, sobretudo, quando se observa desconforto dos mesmos ao tocar no assunto.

Entretanto pode-se aqui destacar que “O Brasil, que desde 2009 tornou-se o maior consumidor de agrotóxicos do planeta, teve um aumento na taxa de crescimento das vendas destes produtos da ordem de 200%, no período de 2000 a 2010[...]” (BOMBARDI, 2013, p. 2). Com esses dados torna-se evidente que o Brasil é o país que utiliza grandes quantidades de agrotóxicos comparado ao mundo todo, ou seja, as fazendas agroindústrias para a sua produção acelerada fazem a utilização de produtos químicos. O que não é diferente no território, onde as ACS e moradores próximos informaram que constantemente é possível notar os tratores passando os venenos nas plantações que rodeiam a comunidade.

Com isso, à medida que o agrotóxico age de maneira silenciosa e progressiva, compreende-se porque ainda há dúvidas quanto a sua utilização nas fazendas que fazem confluência com o perímetro urbano. Podendo relacionar aos dados dos Líderes 2 e 4, quais não relacionam a utilização de agrotóxico nas plantações do território, e conseqüentemente como uma problemática.

Dessa forma, no território é desrespeitada essa normatização, podendo observar na imagem abaixo, retirada de dentro de uma residência que fica a margem de uma fazenda, demonstra que há a plantação que fica à margem do território e ainda mais agravante é que dessa residência existe um portão com acesso direito a plantação. O acesso à residência se deu através da Agente Comunitária de Saúde que acompanhou a visita ao território, no qual explicando para a moradora a finalidade permitiu a entrada para observação. Em uma conversa informal com a moradora da residência, relatou que constantemente observa os tratores passando veneno, e quando isso acontece ela fecha as janelas e porta para tentar amenizar o cheiro, que em muitos momentos ela e os filhos ficam com um resfriado sem explicação, que ela associa com os venenos passados no seu quintal. A plantação fica elevada em consideração a moradia, dessa forma ao passar os agrotóxicos a depender do sentido que o vento estiver a quantidade do veneno que vai para as residências é ainda maior.

Sabe-se que existem plantações ao redor do território e, além disso, que tem a utilização de agrotóxicos, tendo em vista que a monocultura, de soja como é o caso dessa região, exige agrotóxicos para evitar as pragas e daninhas.

A monocultura tende a precisar de produtos químicos para se manter, e este por sua vez utilizado de maneira descontrolada causa diversos problemas tanto para o meio ambiente, na poluição de rios e nascentes e na intoxicação de animais, quanto de seres humanos que trabalham ou habitam perto dessas fazendas monoculturais.

Assim, referente à percepção que os líderes possuem em relação às plantações e se a utilização de agrotóxicos pode vir a ser um problema, cinco líderes responderam que sim, é um problema: *“Então, a população daqui, como aqui foi uma área de plantação de amoras no passado então hoje a fazenda maior que existe ela ainda tem amoras plantadas [em torno] e o povo ainda colhe essas amora, então eu acho que é um risco muito grande que eles correm. Também as questões respiratórias né, porque o povo, eu que trabalho na área de saúde eu vejo **que tem muita diarreia, muito vômito, muita gente com dor de estômago assim sabe, que às vezes não tem causa mas a gente sabe.** (...)veio uma senhora que pegou e falou assim pra mim que quando eles passaram o veneno na soja ali, ela **perdeu todo o mantimento que ela tinha dentro da casa dela,** porque tudo que ela mexia tinha cheiro do veneno, sabe? então eu acho que é muito ruim isso daí, e também a questões dos **lençóis d’água porque querendo ou não aqui (...) tem muito lençol de água, e esse veneno acaba entrando em contato e mais tarde ele acaba voltando para nós mesmos.** (Líder 1)*

Dessa maneira, as fazendas que já se encontravam na localização, e que decorrente de um crescente desenvolvimento urbano e a necessidade de novos locais para alocar toda a população leva a esses loteamentos que chegam à margem do perímetro urbano tendo o rural presente, e assim, a naturalização que se estabelece nesse meio urbano / rural. As fazendas, então, excedente sobre o resto da população, mantendo sua dominação mesmo que não de forma franca, de uma maneira figurada.

Referente à pergunta sobre **entendimento de que o agrotóxico pode ser prejudicial aos seres humanos** ou não, a resposta que se obteve foram positivas de que o agrotóxico pode ser um vilão para a saúde das pessoas. De acordo com as falas, todos os/as líderes apontam o agrotóxico enquanto uma problemática quando relacionado à saúde humana, diversas pesquisas na área de saúde, em especial o Dossiê Abrasco (Carneiro, et. al. 2015) revelam que o contato com agrotóxico por muito tempo pode levar a diversos distúrbios, podendo ser eles imediatos como é o caso de alergias ou crônicos como desenvolvimento de câncer.

Durante a pesquisa de iniciação científica, um dos objetivos era contactar com a Terceira Regional de Saúde do município, e ficou evidente que ainda não há registro, não há protocolo e não há um trabalho voltado nem a identificação, nem a prevenção e muito menos ao tratamento de situações que possam vir a ser decorrente de contaminação pela exposição aos agrotóxicos no município. Não entraremos aqui nas discussões específicas da área da saúde, mas fica exposta a necessidade pesquisas mais aprofundadas nessa perspectiva.

Percebe-se que metade dos líderes entrevistados não têm conhecimentos sobre o assunto, ou de forma muito singela tendo as informações pautadas pelo senso comum e não por fontes confiáveis e científicas sobre o agrotóxico e o que pode ser as problemáticas. Por essa razão, através do que os dados demonstram, a falta do conhecimento ocasiona no

não questionamento, e conseqüentemente a não existirem reivindicações para melhorias e amenização dos riscos que o agrotóxico pode interferir na vida e saúde das pessoas da comunidade.

As fazendas são naturalizadas no convívio cotidiano do bairro, podendo a naturalização ser um dos fatores também que não haja mobilizações frente às fazendas que utilizam agrotóxicos.

Destaca-se que a alternativa sustentável para reverter os sérios problemas que o agronegócio vem acarretando para toda a população, desde daqueles que fazem a aplicação ou moram perto que tem o contato direto até mesmo aos que tem o contato com o agrotóxico nos alimentos que consomem. Tendo isso em vista ninguém está livre dos agrotóxicos, dos mais pobres aos mais ricos. Assim, aqui se coloca que esse sistema agroecológico é uma das medidas que se tomada pode reduzir os próximos impactos que a utilização de agrotóxico descontroladamente causa, entretanto isso é ainda muito distante, tendo em vista o sistema capitalista e o Estado neoliberal brasileiro, que é sustentando pela desigualdade, concentrando a riqueza em poucos, os mesmos que ordem as produções agroindustriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se dizer que a partir desse estudo, ficam ainda mais perguntas do que respostas, mas fica também a certeza de que é preciso ir mais além, verificar e provocar respostas tanto da sociedade civil, como do poder público para esta questão dos agrotóxicos dada sua importância no contexto atual do município de Ponta Grossa no que tange ao planejamento urbano.

Entende-se que o meio urbano cresceu tanto que a cidade não comporta toda a população e dessa maneira as estratégias utilizadas são de adquirir aos programas de habitação social parte de terras que antes eram fazendas localizadas nas regiões rurais, alterando o perímetro urbano, para construir lotes com preços mais acessíveis na intenção de atender a demanda de toda a população. Entretanto cabe ao poder público regulamentar de forma mais intransigente as fazendas do município, em especial aquelas que ficam dentro do perímetro urbano ou próximas das áreas residenciais, para que essa relação que existe seja amenizada, podendo conviver de maneira harmoniosa, e não que haja riscos de saúde aos habitantes da localidade.

Reforça-se a importância de legalidade na política vigente, que foi citada no trabalho e ainda na criação de legislações ainda mais abrangentes de proteção social, para promover a habitação acessível, digna e de qualidade, e que não proporciona riscos aos que procuram habitações acessíveis.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, L. Um desenho institucional para o novo associativismo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 39, p. 149-174, 1997.

BOMBARDI, L. M. A intoxicação por agrotóxicos no Brasil e a violação dos direitos humanos. **Direitos humanos no Brasil**, p. 71-82, 2011.

BOMBARDI, L. M. **Violência Silenciosa: o uso de Agrotóxicos no Brasil**. Anais do VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária: Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013.

BOMBARDI, L. M. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia**. São Paulo: USP, 2017.

BRASIL. (2001) Lei 10.257 de 10 de julho de 2001: **Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal**, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Resolução de nº 109 do Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS: Brasília, 2009. Disponível em: < http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf>. Acesso em 24/05/2019

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF, 2004. Disponível em: < http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 13/05/2019

CARNEIRO, F. F et al. **Dossiê Abrasco**. 1 Ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Expressão Popular 2015. P. 124 – 168

GOHN, M. da G. et al. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. **Revista brasileira de Educação**, 2011.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: “do Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade**. Bertrand Brasil, 2006.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980. 291 p.

HARVEY, D. **O Direito à Cidade**. Tradução por Jair Pinheiro. Lutas sociais, São paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012.

KOGA, D. **Medida de Cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. 2. ed. São Paulo:Cortez, 2011. p. 331

LÜCHMANN, L. H. H. Abordagens Teóricas Sobre O Associativismo E Seus Efeitos Democráticos: subtítulo do artigo. Revista Brasileira De Ciências Sociais: subtítulo da revista, São Paulo, v. 29, n. 35, p. 159-226, dez./2005. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092014000200011&script=sci_abstract&tIng=es > Acesso em: 03/05/2019

MARICATO, E. **A produção capitalista da casa (e da cidade)**. 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982. 167p.

MENEZES, H.J.; CARDOSO E.S. Território E Territorialização: Questões Conceituais Para Uma Abordagem E Leitura Dos Movimentos Sociais. **Revista Pegada**: subtítulo da revista, Santa Maria, v. 18, n. 3, p. 101-123, set-dez./2005. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/5140>. Acesso em: 3 jun. 2019.

PEREIRA, M. de P. **A cidade como mercadoria: influências do setor privado na produção do espaço urbano**. Revista de Ciências Humanas , Viçosa, v.12 n.2 p.446-460 jul/dez. 2012

SANTOS, M. Por uma Geografia Nova. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, M. O Dinheiro e o Território. Revista Geographia, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 7-13, 1999. Disponível em < <http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13360> > acesso em 11/06/2019

SILVA, J. M. et al. **Agrotóxico e trabalho: uma combinação perigosa para a saúde do trabalhador rural**. Ciênc. saúde coletiva, Minas gerais , v. 10, n. 4, p. 891-903, 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s1413-81232005000400013>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

SOUZA, M. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 77 – 113

TOSTA, A. O. **A Dimensão Espacial do Direito À Cidade: Acesso à Equipamentos Públicos e Infraestrutura no Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana de Salvador (2009 - 2015)**. 2016. 151 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura. Salvador.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração 88, 106, 187, 220, 227, 234

Água 5, 26, 55, 65, 88, 89, 94, 98, 114, 149, 150, 159, 163, 167, 168, 172, 173, 190

Amazônia 6, 17, 18, 20, 29, 31, 33, 38, 39, 40, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 234

Animais Silvestres 6, 29, 30, 39, 40, 189

Aquário 7, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 97

C

Ciclismo 7, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106

Cicloturismo 7, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107

Cidadania 8, 59, 62, 63, 64, 66, 70, 81, 175, 176, 179, 234

Cidade 6, 7, 6, 9, 23, 43, 44, 45, 46, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 75, 77, 78, 81, 82, 83, 84, 87, 99, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 117, 130, 135, 142, 146, 147, 148, 149, 151, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 168, 173, 217, 224, 231, 232

Comunidade 8, 27, 42, 43, 49, 51, 52, 53, 54, 56, 63, 75, 92, 100, 102, 103, 104, 106, 178, 206, 207, 213, 214, 216, 217, 219, 232

Concessão 7, 14, 106, 109, 146, 147, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173

Contrato 7, 150, 152, 155, 156, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173

Coronavirus 2, 11

Cultura Política 8, 59, 175

D

Direito dos animais 8, 183

Direitos Humanos 8, 1, 3, 4, 5, 22, 44, 57, 62, 196, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 224, 226, 228, 229, 232, 233

E

Entretenimento 7, 76, 86, 87, 88, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 103

Envelhecimento 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 183, 184, 192, 193, 194

Esgotamento sanitário 7, 146, 147, 149, 150, 151, 155, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173

Esgoto 155, 156, 157, 158, 165, 167, 168, 171, 174

F

Fiscalização 7, 32, 39, 146, 147, 150, 152, 156, 158, 159, 161, 169, 171, 173, 203

G

Galactogenia 8, 183

Gênero 6, 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 136, 184, 196, 197, 199, 207, 209, 221

I

Internações 7, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129

J

Jardim Botânico 72, 73, 74, 75, 76, 77, 80, 81, 82, 83, 84, 85

L

Lazer 6, 6, 46, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 88, 100, 101, 103, 105

Lutas Sociais 6, 53, 57, 59, 61, 62, 70

M

Marketplaces 108, 109, 120

Método 8, 3, 32, 84, 87, 112, 122, 130, 136, 137, 143, 168, 169, 175, 176, 178, 180, 219, 220

Migração 8, 16, 221, 223, 224

Mobilidade 7, 59, 61, 64, 65, 67, 108, 109, 110, 111, 112, 117, 118, 119, 205

Modelo 7, 1, 9, 14, 16, 17, 23, 35, 74, 130, 132, 133, 134, 136, 147, 150, 159, 161, 162, 163, 164, 171, 184, 197, 200, 206, 214, 222

Movimentos Sociais 6, 2, 4, 6, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 27, 50, 51, 57, 58, 59, 61, 63, 65, 66, 67, 68, 70, 179

MST 6, 1, 2, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 22, 23, 24, 25, 26, 28

O

Osteoporose 183, 185, 186, 187, 192, 193, 195

P

Pandemia 6, 1, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 91

Parque 71, 72, 73, 75, 76, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 88, 90, 105

Participação Social 8, 52, 175

Percepção 6, 42, 43, 51, 52, 53, 55, 178, 190

Pesquisa 5, 8, 1, 2, 3, 11, 13, 26, 27, 28, 29, 32, 42, 43, 52, 53, 55, 60, 61, 62, 64, 66, 68,

71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 84, 85, 87, 89, 90, 92, 96, 99, 100, 103, 104, 106, 112, 119, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 138, 139, 143, 144, 146, 147, 161, 162, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 196, 199, 205, 213, 214, 219, 220, 234

Plataformas Digitais 108, 109

População 6, 1, 3, 9, 17, 18, 19, 33, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 55, 56, 59, 64, 65, 66, 68, 69, 71, 78, 80, 81, 83, 101, 109, 110, 116, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 146, 147, 149, 158, 159, 161, 162, 163, 180, 184, 185, 193, 194, 217, 221, 222, 224, 225, 226, 227

R

Reforma Agrária 6, 3, 10, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 27, 28

Reforma Urbana 6, 59, 60, 61, 62, 64

Regulação 7, 63, 146, 147, 150, 152, 159, 169, 171, 173, 186, 198

Rural 5, 6, 1, 2, 3, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 39, 42, 43, 47, 53, 55, 58

S

Saneamento 34, 42, 59, 61, 62, 64, 65, 67, 146, 147, 149, 151, 159, 161, 162, 163, 166, 167, 173

Saúde 7, 8, 1, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 42, 46, 47, 53, 54, 55, 56, 58, 66, 98, 105, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 147, 162, 168, 175, 183, 184, 185, 186, 187, 191, 193, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 215, 219, 220, 221, 225, 226, 227, 229, 231

Segurança Pública 7, 130, 135, 140, 143, 226, 227, 234

Solidariedade 6, 1, 7, 8, 11, 219

SUS 129, 197, 209

T

Terra 6, 1, 2, 5, 7, 8, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 28, 30, 45, 48, 66, 78, 181, 182

Território 6, 14, 15, 16, 23, 35, 37, 42, 43, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 58, 74, 103, 163, 224, 226, 227, 229

Turismo 6, 7, 29, 71, 72, 73, 75, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 106, 107

U

Urbano 6, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 61, 63, 64, 65, 66, 76, 80, 82, 83

V

Venezuelanos 8, 221, 222, 223, 224, 225, 229, 230, 231, 232, 233

Violência Obstétrica 8, 196, 197, 198, 199, 200, 202, 203, 204, 207, 208, 209, 210, 211, 212

Voluntários 8, 213, 214, 217, 218, 219

Pesquisas
Interdisciplinares
Estimuladas por
Problemas Concretos
das Ciências Sociais
Aplicadas

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2021

Pesquisas
Interdisciplinares
Estimuladas por
Problemas Concretos
das Ciências Sociais
Aplicadas

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2021